

**Denise Pereira  
(Organizadora)**

# **A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2**

**Atena**  
Editora

**Ano 2019**

**Denise Pereira**  
(Organizadora)

# A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-283-8

DOI 10.22533/at.ed.838192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.  
Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
LER PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO ROMANCE O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL DE HELONEIDA STUDART	
<a href="#">Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
LER, ESCREVER E VOTAR: A REFORMA DO DIREITO ELEITORAL NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881)	
<a href="#">Kátia Sausen da Motta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
LITERATURA DE CORDEL: UMA POSSIBILIDADE PARA ENSINAR HISTÓRIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
<a href="#">Luciana de Moraes Trombeta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
MEDIÇÃO EM FOCO: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES	
<a href="#">Priscila Lopes d'Avila Borges</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
MÍDIA IMIGRANTE E OBITUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS DE LAZER PRESENTES NO JORNAL UCRANIANO PRACIA	
<a href="#">Angélica Szeremeta</a>	
<a href="#">Alfredo Cesar Antunes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
"O DEFENSOR DOS DIREITOS DO POVO". CIDADANIA, DEMOCRACIA, LIBERALISMO E REPÚBLICA NO JORNAL "A LIBERDADE"	
<a href="#">Mariana Nunes de Carvalho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1755: ECONOMIA, TRABALHO E POLÍCIA NO REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO	
<a href="#">Bianca Racca Musy</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>75</b>
ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
<a href="#">Rosimeire Gonçalves</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925048</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>83</b>
O ESPAÇO DO SAGRADO E O ESPAÇO DO TRABALHO NOS VITRAIS DA CATEDRAL DE CHARTRES (FRANÇA – SÉCULO XIII)	
Debora Santos Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>97</b>
O ESPECTADOR EMANCIPADO E O FIM PEDAGÓGICO DA ESTÉTICA/OBRA DE ARTE	
Michelle dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>107</b>
O MITO E A COMPOSIÇÃO VISUAL DOS ESPAÇOS	
Bruno Rodrigo Couto Lemos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>117</b>
O RENASCIMENTO CULTURAL MODERNO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “O RENASCIMENTO” (NICOLAU SEVCENKO, 1988) - NOSSAS HERANÇAS E A CORRUPÇÃO NO BRASIL DE HOJE	
José Antonio de Andrade	
José Carlos Correia Cardoso Júnior	
Rafael Magalhães Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>126</b>
O SETOR AUTOMOTIVO NO GOVERNO JK: POLÍTICAS E EMPRESAS	
Fernando Marcus Nascimento Vianini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>138</b>
O TEATRO COMO FESTA: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA TEATRAL DE GEORG FUCHS	
Beatriz Magno Alves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>147</b>
O TOPÔNIMO PIRES DO RIO: A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E O SURGIMENTO DE UMA CIDADE	
Cleber Cezar da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>156</b>
OS ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE MURIAÉ-MG	
Arthur da Costa Orlando	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>167</b>
POR UMA ARTE DO CULTIVO: AGRICULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE ÍNDIOS E COLONOS NO PARÁ DAS DÉCADAS DE 1840-1880	
Francivaldo Alves Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250417</b>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>179</b>
PROPRIEDADE, MOEDA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DA “NOVA ORDEM MUNDIAL” PRESENTES NA OBRA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H. G. WELLS (1918-1920)	
<a href="#">Pedro Nogueira da Gama</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>195</b>
REDE CAIÇARA DE CULTURA	
<a href="#">Bruno Tavares Magalhães Macedo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>204</b>
SENSIBILIDADES DE GÊNERO: NARRATIVAS SOBRE A MORTE E OS MORTOS	
<a href="#">Cícero Joaquim dos Santos</a>	
<a href="#">Rafael Gonçalves de Araújo</a>	
<a href="#">Antônio Carlos Dias de Oliveira</a>	
<a href="#">Teófilo Silva Primo Correia</a>	
<a href="#">Zuleide Fernandes de Queiroz</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>211</b>
UM PROCESSO CRIMINAL NOS JORNAIS NEUTROS DO SÉCULO XIX: O ATENTADO CONTRA DOM PEDRO II	
<a href="#">George Vidipó</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>223</b>
UMA REGIÃO ESPORTIVA OS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	
<a href="#">Glauco José Costa Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250422</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>231</b>

## POR UMA ARTE DO CULTIVO: AGRICULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE ÍNDIOS E COLONOS NO PARÁ DAS DÉCADAS DE 1840-1880

### Francivaldo Alves Nunes

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, Professor na Universidade Federal do Pará, atuando na Faculdade de História (Campus de Ananindeua), no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém), Ensino de História (Campus de Ananindeua) e Educação e Cultura (Campus de Cametá). Contato: francivaldonunes@yahoo.com.br..

Universidade Federal do Pará  
Belém – Pará

**RESUMO:** Procuramos analisar, ao longo deste texto, os debates que associavam a agricultura como instrumento de mudança do comportamento de índios e colonos, em meados do século XIX. Apoiado nos relatórios e correspondências da administração imperial e da província demonstramos que a agricultura tomava dimensão de uma indústria de criação e multiplicação de algumas espécies de plantas consideradas úteis, e ainda capaz de promover uma nova forma de apropriação da terra, em um movimento chamado de “arte econômica”. Ou seja, não se tratava apenas de aumento da produção, mas exercitar um processo transformador sobre os produtos cultivados e

os agentes cultivadores. Assim, a agricultura na Amazônia não estaria associada a uma “arte” do cultivo, isto por que o aperfeiçoamento das atividades de arroteamento do solo, os amanhos da terra, as sementeiras, as colheitas, a conservação dos frutos e manipulação de alguns produtos vegetais, as construções rurais, os trabalhos dos fechos, da irrigação e do dessecamento dos terrenos deviam estar vinculadas a estudos científicos e não a experiência de cultivo herdada das populações indígenas

Por uma temporada de 1898 teria ficado em cartaz um espetáculo dramático-musical encenado no Teatro Lírico do Rio de Janeiro chamado “Moscas e Aranhas”. Dizia-se que o seu produtor teria pretendido que aqueles momentos de apresentações fossem noitadas tipicamente brasileiras, pois revelava sentimento e percepções da região dos trópicos, como nenhuma outra encenação. Tratava-se de uma festa de caráter inteiramente nacional, que exaltava as riquezas e potencialidades do país, possíveis de serem exploradas por um modo de produção que despertasse a inteligência, o raciocínio, a energia individual, a capacidade para o trabalho e o aperfeiçoamento constante do indivíduo e da sociedade, destacava seu

1 Texto inicialmente apresentado no VII Encontro de História da Anpuh-Rio: Entre o local e o global, de 08 a 11 de agosto de 2016, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. A versão aqui apresentada foi revisada e ampliada.

produtor. Adiante, aos senhores, fazia-se referência à agricultura, ou para usar uma expressão da época, o cultivo como *arte*.

Diante de um cenário teatral reproduziam-se paisagens naturais e rurais como referência de características predominantes do espaço nacional. O primeiro desses cenários era retratado por exuberante floresta tropical onde, segundo a fala da atriz principal, que não se permite saber o nome, tratava-se do local onde se dava o combate feroz entre as aranhas brasileiras e uma espécie de besouros dourados que viviam numa grande e distante floresta negra. Movidos pela ambição e ganância atravessavam o oceano para roubar as melhores flores da mata protegidas pelas aranhas, assim como tudo quanto tinham interesses. Como devoradores incansáveis, não deixavam nada de riquezas e bens nas terras que saqueavam. A guerra dos insetos invasores tinha como prelúdio musical de ruídos onomatopaicos de locomotivas, apitos agudos de vapores, ovação de multidões, referências a fios telegráficos e à conquista do Oeste americano, numa visível alusão a dizimação dos grupos indígenas que ocupavam o território americano. O combate se intensificava na medida em que esses ruídos tinham a sua sonoridade mais aguda aos ouvidos. Era como se a intensidade do som conduzisse as ações de exploração e destruição.

O segundo ato apresentava mais um cenário natural, em que agora se tratava de um espaço descrito por um grande e melancólico vazio. A referência era uma floresta na Amazônia, com um mar de água doce no fundo. Dava-se registro ainda, a presença de uma paisagem fluvial monótona, grandiosa, intérmina, cheia de tons quentes, que lembravam febres palustres, índios bravos e o desânimo de uma região inexplorada, esquecida pela capacidade produtora do homem civilizado.

Este vazio de civilização era ainda marcado pela exuberância da vida selvagem e pela violência de suas “forças ainda não disciplinadas”, para usarmos aqui a expressão do próprio relator. Enquanto a representação pictórica parecia à primeira vista tediosa, quando se exercia o ingresso no interior daquele ambiente, observava-se que este havia sido recriado musicalmente através da simulação de manifestações da natureza em estado bruto, que despertavam sentimento de opressão e medo. Esta paisagem marcada pela monotonia e este meio natural tirânico e aterrorizador tornavam-se em seguida cenário de uma conquista que se efetivaria de forma pacífica, em que as ameaças da selva eram vencidas pela intenção colonizadora do homem branco que, aliado ao índio, vinha explorar as riquezas da terra, sem que destruíssem a população que ora ocupava aquele lugar, mas que chamava para si em um movimento de aproximação e domesticação. Exploração possível, à medida que os homens, com a aquisição progressiva de conhecimento, se mostrariam capazes de administrar as forças do meio físico, de observar sua previsibilidade e de evitar seus efeitos perniciosos para a produção.

A descrição do ensaísta parece bem oportuna, então a farei de forma direta. Dizia: “Ouve-se um silvo. É um índio que se aproxima. Não vem só. Acompanha-o o homem branco, que traz embaixada as riquezas daquelas terras. Os jaguares urram,

os guaribas coçam-se e assoviam. O reino inteiro dos pássaros solta um ruído festivo e sonoro. A fada recebe a embaixada. Rompe um terceto, em que se harmonizam as vozes desta e do homem vermelho e do homem branco. A aranha estende a antena para o Amazonas e ordena que os monstros das febres recolham-se aos seus antros”.

A ocupação do ambiente amazônico seria representada na cena seguinte por um novo cenário, uma paisagem rural onde a colonização era lida como uma obra de mestiçagem, possibilitada pela atuação enérgica e pontual de quem deveria governar aquele cenário. Observava-se uma jovem descendente de brancos e índios, ainda que vestida de roupas de linho e adornada de joias de ouro. Estendia seu olhar pela paisagem e sentia ainda a atração ancestral pelas grandezas da floresta, deixando-se tomar por “fadiga precoce do ideal”, desejo interrompido pelas circunstâncias a que estava submetida, pois para além de ter o contato com povos de mais conhecimentos, haviam criado apego as vantagens da vida civilizada. Algo que não havia sido fácil, pois a civilização daquelas terras pela atividade agrícola era bastante problemática, porém necessária, em que porcos selvagens destruíam o jardim e o roçado, enquanto ruidosos periquitos atacavam o milho e arruinavam as colheitas. No momento em que moscas que não pertenciam aquela terra invadiam a cena, o drama foi subitamente interrompido pelo público, inflamado pelas paixões políticas despertadas pelas referências as forças estrangeiras.

Esta visão paradisíaca da representação exótica da paisagem natural brasileira como fonte de exaltação nacionalista, mesclada a uma discussão sobre a problemática do imperialismo como ameaça a integridade do território brasileiro e a necessidade de responder a um desejo de ocupação dessas terras amazônicas por nações estrangeiras, representava as intenções do autor. No caso, não estava preocupado com a “imitação da vida” ou em um sentido de precisão representar a realidade, mas em um despertar para a compreensão de situações, da mesma forma que apontar problemas sociais. Neste aspecto Raymond Williams ao analisar o ambiente social e teatral inglês do século XIX revela que as alterações no teatro acompanham as mudanças da própria sociedade, em que os temas encenados guardam valores, gostos e comportamento ao mesmo tempo em que apresentam questões em que a sociedade vivencia ou se preocupa (WILLIAMS, 2011, p. 180). Esta parece ser uma experiência observa no Brasil.

A discussão em tela acompanhava um ambiente social em que se debatia a necessidade de criação de programas de colonização que promovessem a agricultura e o aproveitamento das forças de trabalho (mão de obra) nacional, como instrumento capaz de combater as investidas de países estrangeiros em terras de fronteira, como a Amazônia. Em outras palavras, correspondia um momento em que a arregimentação de braços para a lavoura, seja de indígenas, colonos estrangeiros ou nacionais mobilizava as forças políticas no Império com intuito de assegurar a ocupação produtiva do Norte do país (NUNES, 2016, p. 263). Este momento constituía um grande cenário descrito e construído em forma de ensaio pelo advogado, crítico literário e escritor Tristão de

Alencar Araripe Júnior.

Araripe Júnior foi romancista, apesar de ter alcançado maior notoriedade como crítico literário. Tanto ele, como Capistrano de Abreu iniciaram sua vida intelectual no Ceará, fazendo parte de um círculo positivista (CAIRO, 1996). Neste ensaio, em que assinava com o pseudônimo Cosme Velho, tem-se o registro de sua primeira publicação em uma coletânea intitulada *Diálogos das Novas Grandezas do Brasil*, datada de 1898 e que em 1909 foi publicada na tipografia do Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro. O ensaio já havia sido objeto de divulgação em anos anteriores neste mesmo periódico. No caso, constituía do diálogo entre Cosme Velho (Tristão Araripe Júnior) e João Rivas (João Ribeiro, intelectual e escritor no Rio de Janeiro), em que os principais temas nacionais da época, como miscigenação, soberania nacional, trabalho e migração, ganhavam relevo.

A princípio, diríamos que o ensaio que vai dar origem ao espetáculo dramático e música é resultante de suas experiências e de sua família na administração pública. Ao citar o caso da Amazônia, por exemplo, quando destacava a necessidade de consolidar programas voltados para o desenvolvimento da agricultura (questão que envolve colônias agrícolas e aldeamentos), como forma de promover o crescimento econômico e de civilidade, legitimava o enredo com observações que revelavam experiências do pai como administrador na região, no caso, Tristão de Alencar Araripe, que assumiu a presidência do Pará entre os anos de 1885 e 1886. Este chegou inclusive a publicar um manual descritivo e demográfico do Pará para os imigrantes que tivessem interesse em ocupar as terras provinciais, chamado *Dados estatísticos e informações para os imigrantes*, de 1886.

De fato a década de 1880 é marcada por um momento de balanço das principais ações governamentais em torno do desenvolvimento da agricultura na Amazônia. Até esta década era a única produtora mundial de borracha, havendo iniciado um processo de expansão da produção em decorrência do crescimento da demanda pelo produto na indústria mundial. Esse processo gerou um considerável aumento da população e criou um volume de comércio até então inédito. De acordo com Roberto Santos (1980, p. 66) entre as décadas de 1830 a 1900, o crescimento da produção da borracha para exportação em toneladas saltou de 156 para 15.335. Mesmo assim, como observou o crítico paraense José Veríssimo (1892, p. 18), a região permanecia alheia aos destinos da nacionalidade, onde a produção para exportação estava concentrada na extração de produtos naturais. Lamentava que o pouco ramo da agricultura desenvolvido, estes eram produzidos aos moldes da população indígenas.

O espírito de distanciamento e possível separação eram alimentados pela situação de peculiaridade da economia amazônica, que gerava lucro, mas não assegurava uma colonização regular, nem uma produção que se assemelhasse ao restante do país. As críticas de políticos e intelectuais comungavam valores que ao mesmo tempo desprezavam a atividade extrativa, embora esta possa ser registrada com vastos lucros, apresentavam a agricultura como atividade econômica da região.

José Veríssimo (1892, p. 35) ressaltava que não era qualquer prática de plantio, mas uma agricultura que se constituísse como *arte* do cultivo, visto que devia desenvolver técnicas modernas de plantação, uso de utensílios e instrumentos dos mais apropriados e recentemente desenvolvidos nos “centros de população”, como a Europa e Estado Unidos.

Araripe Júnior, ao escrever “Moscas e Aranhas” não apenas se apoiava em escritos de José Veríssimo, mas como registramos, em observações dos próprios governadores do Pará, através de seus relatórios lidos e compartilhados nos parlamentos provinciais, nacional e nos jornais da época. Como não lembrar da fala do presidente Antônio de Miranda, ainda na década de 1840, quando não apenas defendia o aumento populacional da província do Grão-Pará, mas que o Estado assumisse esta responsabilidade, criando políticas de arregoimento de mão de obra, como forma de assegurar a soberania nacional na região e evitar as investidas inglesas e americanas em terras amazônicas. No caso, três meios eram vistos como indispensáveis: “chamar braços livres e industriosos ao país, criar missões, [utilizando] os nossos índios errantes e aproveitar os braços nacionais disponíveis”.<sup>1</sup>

Um ano depois das declarações de Antonio de Miranda, o ministro dos Negócios do Império, Candido de Araújo Vianna, ale de citar o presidente do Pará, acrescentava que no caso dos índios e nacionais “não tratava apenas de tornar úteis braços improdutivos, mas, porém prejudiciais e devastadores a produção, a riqueza e a prosperidade da nação”. O proveito que se deixava de tirar de muitos terrenos que se achavam “baldios pelo único receio das incursões dos selvagens”, as plantações e edifícios que esses grupos tinham “estragados, inutilizados e arrasados pelo seu comportamento indolente e feroz”, a perda das vidas de colonos trabalhadores, que os índios teriam “sacrificados por conta de sua ferocidade”, a destruição e morte de outras tribos, que ocorriam “nas contínuas guerras em que andavam as diferentes populações indígenas”, seriam para o ministro os verdadeiros e consideráveis prejuízos para o Estado, justificando uma atuação mais consistente de controle sobre esses grupos. No caso dos nacionais advertia da necessidade de transformar antigas e atrasadas formas de cultivo em meios mais eficazes e modernos de se plantar e produzir, superando uma rotineira agricultura.<sup>2</sup>

Outro caso a citar é do, na época inspetor geral de Terras Públicas da província do Pará, João Martins da Silva Coutinho. Dizia, reafirmando parte dos discursos anteriores, que para a região amazônica, não era apenas de colonização estrangeira que o governo deveria lançar mão para fazer cessar a carestia de alimentos que tomava conta dos mercados da capital e das cidades interioranas. Numa referência aos grupos indígenas, dizia que era inevitável lançar mão do grande número de indivíduos de que se encontravam espalhados pela província e direcioná-los para o campo do

---

1 Discurso recitado pelo presidente do Pará João Antonio de Miranda, em 15/08/1840, p. 60.

2 Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 1841, 1ª Sessão da 5ª Legislatura, p. 29.

trabalho regular e lucrativo. Para o inspetor, esse controle se justificaria, pois, os índios ainda não podiam gozar da liberdade civil. Acrescentava: “liberdade é como alimento, que deve ser proporcional às forças do indivíduo”, sendo assim, “os índios pela sua condição selvagem deveriam ser domesticados e disciplinados ao trabalho, conforme os interesses do governo e as leis do Estado”.<sup>3</sup>

Os discursos de Antonio de Miranda e Silva Coutinho, lidos na Assembleia Provincial do Pará e incorporados nos escritos de Tristão de Alencar Araripe, ao que se observa, moldou parte do espetáculo “Moscas e Aranhas” com intuito de demonstrar a importância da presença indígena na colonização da Amazônia. A consequência deste processo que passava pelo controle do trabalho do índio resultaria na presença de uma jovem descendente de brancos e índios, que vestida de roupas de linho e adornada de jóias de ouro, como registramos, exemplificava o nativo que havia incorporado hábitos dos colonizadores. Reforçava a ideia de uma natural incorporação e apego as vantagens da vida civilizada.

O controle sobre índios e colonos pela via da agricultura, como necessário para transformar o ambiente amazônico, concebido como melancólico e vazio, exigia a atuação sistemática do governo imperial. Era preciso convocar as aranhas, ou as instituições do Estado, ambas lentas nas suas ações, mais precisas nos seus movimentos, para assumir o comando sobre as populações dispersas pelo meio rural e selvagem, convertendo-as aos propósitos de aperfeiçoamento da sociedade brasileira e amazônica. Dentro do processo de desenvolvimento das forças produtivas observado no mundo capitalista que se tornava crescentemente interligado, e no qual, entretanto as diferenças entre as economias capitalistas centrais e as regiões às margem tornava-se cada vez mais gritante era necessário que lançassem teias, leis e decretos, que pudessem corrigir estas distorções provendo as interligações econômicas das regiões do país, como um emaranhado de fios, muito bem interligados. Estas medidas não apenas promoveriam o crescimento nacional, mas corrigiriam distorções internas que pareciam se exprimir de modo agudo dentro do próprio território nacional. Como exemplo destaca-se a convivência de um universo urbano modernizado e cosmopolita com os vastos sertões pobres, primitivos e inexplorados. Esta situação soava como um contra senso.

O discurso do progresso e da atualização do Brasil no contexto da economia internacional adquiria, em meados do século XIX e em especial na segunda metade, um significado particular aos olhos da elite modernizadora. Maria Alice Rezende de Carvalho (2001, p. 229) demonstrou que o desejo de melhoramento foi incorporado pelo próprio Estado imperial que através de seus agentes defendiam uma condição que acompanharia o progresso da técnica, a inovação contínua, o aumento da produtividade, a ascensão do conhecimento e o estabelecimento de uma sólida

---

<sup>3</sup> Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 1857, 2ª Sessão da 10ª Legislatura, Anexo: Relatório Geral de Terras Públicas, p. 75.

institucionalidade política liberal similar à dos modernos países capitalistas.

Ao que tudo indica o progresso e atualização do país estavam associados ao que se poderia chamar de controle sobre índios e colonos, ou seja, a formação de novos agentes produtores que seguissem modelos modernos de trabalho. Aqui nos faz recordar fala de Ângelo Thomaz do Amaral que administrou a província do Pará na década de 1860, sendo o 25º presidente. De acordo com este presidente, a experiência teria demonstrado que nas regiões onde não havia plantios, identificadas como sertões incultos, ou espaços descritos por Araripe Júnior como de grande e melancólico vazio e onde se destacava uma paisagem fluvial monótona, grandiosa, intérmina, cheia de tons quentes, que lembrava febres palustres, índios bravos e o desânimo de uma região inexplorada, predominavam as práticas selvagens de produção. Nestes locais “os homens vagueiam em demanda de raízes e animais incertos e parques meios de sua subsistência quotidiana, entregue as intempéries, as moléstias e as guerras que os devastam”.<sup>4</sup>

Esse quadro melancólico de abandono da espécie humana seria modificado e desapareceria, na medida em que “o machado desbravador e o arado, fazendo ecoar os primeiros brados da civilização pela extensão das selvas, afugentassem as feras para levantar a choupana do cultivador”. Ainda apresentando um discurso em defesa da agricultura, Thomaz do Amaral apresentava a superação das selvagens práticas quando “o arado rasgasse o seio da terra para confiar-lhe a semente”; “o solo apresentasse o risonho aspecto das searas, dos jardins, dos pomares, florescendo e frutificando”; “os campos se cobrissem de animais domésticos de todas as espécies”; ou ainda quando “o homem, enfim, se enobrecesse pelo trabalho, dedicando-se a agricultura, a mais nobre de todos os misteres”.<sup>5</sup>

Ao identificar as regiões não cultivadas como espaços em que os homens estariam submetidos às intempéries e moléstias, sobrevivendo apenas do que a natureza poderia disponibilizar, sem esforços e sem o aprimoramento de seu intelecto, se consolidava uma ideia de que esses locais não criavam condições favoráveis ao crescimento produtivo, pois os indivíduos não estariam preocupados em desenvolver novas técnicas de produção que aumentassem os seus rendimentos.

Isto nos lembra das doutrinas do historiador Henry Thomas Buckle (1857), para quem a única forma de progresso verdadeiramente durável seria aquela resultante do desenvolvimento das capacidades racionais do homem, mais favorecidas nas sociedades onde as restrições do meio natural estimulariam o aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade. Neste caso, para a Amazônia, a sobrevivência seria facilitada pelos elementos naturais extremamente generosos, de forma que o homem não se sentiria estimulado a desenvolver suas energias individuais e sua capacidade de trabalho. As limitações do meio físico e natural seriam favoráveis ao desenvolvimento

---

4 Relatório do presidente do Pará Ângelo Thomaz do Amaral, em 04/05/1861, Anexo nº 13.

5 Relatório do presidente do Pará Ângelo Thomaz do Amaral, em 04/05/1861, Anexo nº 13.

do raciocínio, da invenção e do trabalho, em detrimento da imaginação e das sensações. Nas últimas farturas de recursos favoreciam ao enfraquecimento da razão, causados pelo impacto da grandeza natural sobre a sensibilidade humana, o que faria dos homens eternos submissos ao meio ambiente, incapazes da civilização. Ao invés de incentivarem as atividades agrícolas que fixaria o homem à terra, as condições físicas teriam favorecido o extrativismo, formando agentes por natureza despovoadores e depredadores. O abandono da agricultura demonstraria a ocorrência de um processo de barbarização, a partir do qual cresceu a dependência do homem em relação ao meio.

Estas reflexões ganham consistência nos textos de Ferreira Penna (1864: 8), secretário da província do Pará, nas décadas de 1850-60. Embora tenha permanecido politicamente ativo, se destacou mais propriamente por suas atividades científicas. Esta experiência que embasava parte de suas reflexões. De acordo com relatos de Ferreira Penna, quando da viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, o atraso da agricultura na província do Pará estava relacionado ao modo de vida da população do interior, considerado como um dos mais retrógrados do país. Dizia que essas populações viviam em precárias condições de moradia, oferecendo os mais indispensáveis confortos da vida. Em grande parte das propriedades não se identificava áreas de cultivo, sendo que em apenas algumas moradias se observava pequenos roçados que ainda se utilizava a prática indígena na lida com a terra.<sup>6</sup>

A questão que incomodava o secretário da província era como essa população vivia e se sustentava, à medida que se identificava apenas algumas poucas áreas de cultivo. As observações do modo de vida levavam a conclusão de que esse povo por ter nascido no meio da abundância, “estendia a mão para colher os frutos em qualquer época, sem desprender grandes esforços”. Assim, “como os pássaros e animais selvagens, que na natureza encontram tudo, não se ocupavam do dia de amanhã” (PENNA, 1864, p. 12).

Os hábitos das populações amazônicas estavam, pois, em contradição com que se compreendia enquanto indústria, ou seja, ação transformadora do homem sobre a natureza, ou ainda, como resultado do esforço da inteligência do homem para satisfazer uma necessidade aparente. No caso das populações do interior do Pará, a inexistência de uma indústria agrícola estaria, portanto, relacionada à facilidade de meios para garantir os recursos necessários à sobrevivência, sem que houvesse uma necessidade de transformação desse espaço natural, como observamos. Esta situação era responsável, portanto, para fazer do homem amazônico um constante dependente dos recursos que as florestas disponibilizavam sem grandes esforços.

A superação do atraso apontado pela autoridade provincial passava pela criação

<sup>6</sup> Relatório dos Negócios da Província do Pará de 15 de agosto de 1864, seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às baías do rio Anapú, pelo secretário da província Domingos Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até a cima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaia pelo Capitão-Tenente da Armada Francisco Parahybuna dos Reis. Rio de Janeiro, Livraria do Povo, 1864, p. 7.

de uma agricultura científica, pois se acreditava que a regeneração da atividade agrícola amazônica viria da pesquisa, da intensificação dos processos produtivos, da adoção de técnicas modernas, de cultivo e tratamento do solo, do ensino técnico agrícola de infraestrutura de apoio à produção e à comercialização. Estas ações seriam possíveis quando estes valores estivessem compartilhados pelas populações locais. Quando os urros dos jaguares ou os assovios dos guaribas fossem substituídos pela harmonização das vozes do homem vermelho e do homem branco. Este seria o sinal para que a aranha estenda a antena para a Amazônia e ordena que os gananciosos besouros recolham-se aos seus antros.

A agricultura se mostra, portanto, como uma forma de civilizar os homens “bárbaros” do sertão. O significado de *sertão* remetia aqui a ideia de terra desabitada e inculta, construída ainda no período colonial. Compreendia ainda o lugar inculto, no interior do país, longe do litoral, dos centros civilizados e habitat de homens rústicos, violentos, indomáveis. Eram territórios de selvagens, vistos como espaços a conquistar. Vânia Maria Lousada Moreira (2011, p. 2), em estudo sobre o trânsito indígena e transculturação nas fronteiras do Espírito Santo, destaca que a ideia de *sertão* construída no mundo colonial se definia em oposição ao chamado mundo “policiado”. No caso da formação histórica brasileira ligada de maneira íntima, à conquista (civil, religiosa e militar) dos sertões e aos encontros, aos conflitos e às mestiçagens entre afro-luso-brasileiros e índios, Mary Louise Pratt (1999, p. 27-32) prefere denominar esses espaços até então classificados como sertões ou regiões de fronteira como “zonas de contato”. Para Pratt, este termo é preferível porque evoca “a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas, cujas trajetórias agora se cruzam”. Em razão disso, ela define as zonas de contato como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações bastante assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo”.

As ideias mais recorrentes dentro desse programa de atualização do campo eram a necessidade de educar o agricultor para o emprego de técnicas mais avançadas, a superação da desordem e da indisciplina, ao mesmo tempo em que a mecanização e a diversificação dos cultivos criariam novas oportunidades de expansão do setor. Modernizar a vocação agrícola da Amazônia e do país, significava, por vezes, articular os interesses da agricultura, possível com uma intervenção governamental. A modernização da economia agrícola brasileira era vista como necessária à produção em massa, por meio da adoção de inovações tecnológicas e da participação direta do Estado, ao qual caberia a criação das condições necessárias a esta atualização do campo dentro da divisão internacional do trabalho, tida, no contexto da vocação agrícola, como uma condição “imutável e natural”, da economia brasileira. Esta reflexão lembra as expressões de Elias Thomé Saliba (1981), quando estuda a ideologia liberal no final do século XIX e início do XX.

A ideologia ruralista representava, portanto, uma forma de romper a associação do rural com a barbárie, demonstrando que também o campo poderia ser atingido pela onda modernizadora, tornando-se um espaço civilizado, onde o homem assumiria o controle dos elementos naturais, doravante pensados, sobretudo, como recursos. Perdia-se, assim, o tom fatalista que havia estabelecido a ideia do sertão como espaço de uma eterna luta do homem pela vida num meio natural hostil.

Transformar as limitações, pois assim eram vistas pela ciência europeia as condições do meio tropical, em energia criadora, em uma *arte* do cultivo, é o sentido mais amplo da utilização das teorias deterministas mesológicas apresentadas pela crítica de Araripe Junior, no ensaio em que foi descrito o drama “Moscas e Aranhas”. A integração do Brasil ao conjunto das nações civilizadas só aconteceria, acreditava o autor, a partir da afirmação da autonomia do país e de suas condições específicas, as quais a cultura europeia deveria adaptar-se. Dos autores que assimilaram a teoria do determinismo mesológico, como Silvio Romero, José Veríssimo e Capistrano de Abreu, foi Araripe Júnior o que fez dela um uso mais original, por reverter o notório pessimismo naturalista em relação ao futuro dos países tropicais, a que essas teorias geralmente conduziam. Isso foi possível graças a um artifício já bastante explorado por sucessivas gerações de românticos: a diferença do Brasil em relação à civilização europeia foi definida com originalidade. A obra de Araripe Júnior acaba por demonstrar uma visão exótica do país que conformou a persistência de uma imagem do Brasil a respeito de si mesmo, procedimento chamado de autoexotismo (VENTURA, 1991, p. 38).

A crônica de Araripe Júnior foi provavelmente motivada por uma série de artigos voltados para a problemática do imperialismo, publicados por João Ribeiro (1898) naquele ano na *Revista Brasileira*. Em tom amargo e denegridor da formação social João Ribeiro lançava sobre o Brasil imprecções e condenações inexoráveis, considerando possível e mesmo agradável a perspectiva da submissão do país à força dos impérios europeus, a seu ver detentores exclusivos da capacidade de civilização. Ao propor a agricultura como instrumento de mudança do comportamento de índios e colonos em meados e fins do século XIX, Araripe Júnior permite contrapor a ideia de Ribeiro Júnior que assimilava a barbárie dos sertões brasileiros aos ditos “seres inferiores” que habitavam, degenerados pelo ambiente e mistura racial, portanto desprovidos de tradição, coragem e caráter. A suspensão súbita do drama interrompido pelo público, inflamado pelas paixões políticas despertadas pelas referências as forças estrangeiras, era representativo do quanto esses princípios defendidos por João Ribeiro se constituía hegemônico.

Entre a ficção e realidade, a submissão ou reverência que se fazia as nações estrangeiras, como os Estados Unidos ou países europeus, não apenas teria interrompido subitamente o drama descrito por Araripe Júnior, impedindo o desfecho da cena que se encaminhava para uma batalha vitoriosa para as aranhas. Impedia que o país desenvolvesse projetos, como aldeamentos e colônias agrícolas, que

controlassem índios e colonos e permitisse o desenvolvimento da economia nacional, num movimento em que as populações locais fossem devidamente organizados, em um processo que os princípios modernos pudessem ser apropriados, sem que os interesses nacionais fossem distorcidos e as riquezas dilapidadas.

Como na interrupção súbita da peça, as paixões políticas despertadas pelas referências as forças estrangeiras, interrompiam o desenvolvimento das forças nacionais. Nos parece que aqui se sustenta a crítica de Araripe Júnior ao seu interlocutor, João Ribeiro. O desenvolvimento da *arte* de cultivo, que associa os modernos modelos de plantio as potencialidades e riquezas nacionais, não pode ser interrompido pelos interesses, prepotência e ganância dos países estrangeiros.

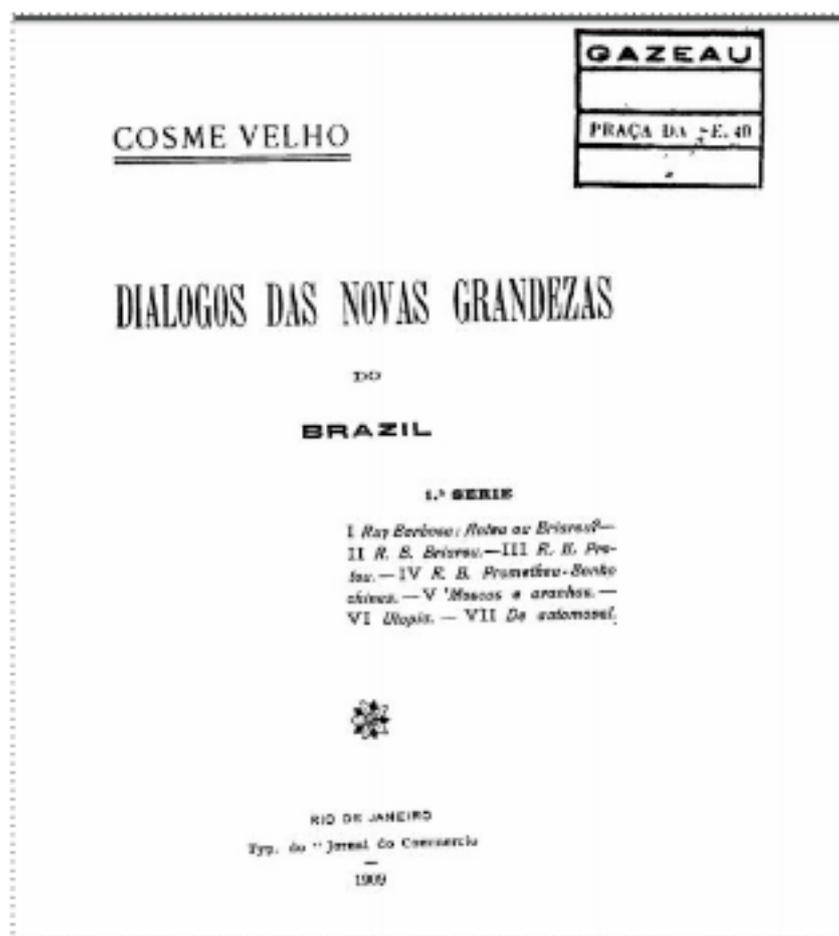


Imagem 1: Capa da obra “diálogos das Novas Grandezas do Brasil, 1909.

Fonte: Biblioteca digital da USP. Acessado em 12-2018. [https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5212/1/001042\\_COMPLETO.pdf](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/5212/1/001042_COMPLETO.pdf)

## REFERÊNCIAS

BUCKLE, Henry thomas. *História da civilização na Inglaterra*. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, 1900, vol. 1, 1ª ed., 1857.

CAIRO, Luiz Roberto. *O salto por cima da própria sombra: o discurso crítico de Araripe Júnior – uma leitura*. São Paulo: Annablume, 1996.

- CARVALHO, Maria Alice Rezende. Joaquim Nabuco: Minha Formação. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 2001, vol. 2, p. 229.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, 2011, Puesto en línea el 31 enero 2011, pp. 1-14, p. 2)
- NUNES, Francivaldo Alves. *Terras de Colonização: Agricultura e vida rural ao Norte do Império brasileiro*. São Paulo: Scortecci, 2016.
- PENNA, Domingos Soares Ferreira. *O Tocantins e o Anapú. Relatório do Secretário da Província do Pará*. Belém, Typ. de Frederico Rhossard, 1864.
- PARÁ. *Dados estatísticos e informações para os imigrantes. Publicados por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe Presidente da Província*. Pará: Typ do Diário de Notícias, 1886.
- PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 27-32
- RIBEIRO, João. *Impressões da Alemanha: democracia e socialismo: uma digressão pela América*. Revista Brasileira, Rio de Janeiro, vol4, t. 13, p. 346-356, 1898
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: TA Queiroz, 1980.
- SALIBA, Elias Thomé. *Ideologia liberal e oligarquia paulista: a atuação e as idéias de Cincinato Braga: 1891-1930*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1981
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmica literária no Brasil, 1870-1914*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 38
- VERÍSSIMO, José. *A Amazônia: aspectos econômicos*. Rio de Janeiro, Typ do Jornal do Brazil, 1892.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**DENISE PEREIRA:** Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-283-8

